

A Educação no Espaço Militar: uma abordagem

Rozenilda Maria de castro Silva
Mestranda em Educação – UFPI

Lopes (1989, p.71) referindo-se à História da Educação a ser escrita pergunta: “*onde existe uma história das escolas militares? história do que se ensina e como se ensina? (...) Interessa-nos – a todos nós – saber como foram educados os militares que por tanto tempo nos educaram. Ou não?*”

Tomando as indagações da Autora como ponto de partida de nossa exposição, buscaremos refletir sobre a educação militar, no exército e na marinha a partir das contribuições de pesquisas sobre o assunto. Finalizando, faremos uma rápida discussão envolvendo questões pertinentes ao campo da produção historiográfica.

A História da Educação no espaço militar apresenta indícios de uma preocupação recente, mas já emerge no campo da historiografia da Educação Brasileira. Tomamos conhecimento da produção de artigos e estudos mais amplos, em diferentes regiões do país, tais como:

- “A Visão Militar da Educação no Império” (Alves, 2001), parte de um estudo maior sobre a “intelectualidade militar da última década do Império”, tese de doutorado de Cláudia Maria Costa Alves, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF;

- “Os Aprendizes da Guerra”, Venâncio (1999);

- “Crianças Trabalhadoras: Os aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista” (GT – História da Educação), de Vera Regina Beltrão Marques (UFPR) e Sílvia Pandini, (2002);

- A Companhia de Aprendizes Menores que funcionou no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, de 1842 a 1899, foi objeto de pesquisa da tese de doutorado de Matilde Crudo, Professora da Universidade Federal do Mato Grosso, cuja defesa deverá ocorrer até dezembro/02 na UNICAMP;

- A Companhia de Aprendizes Marinheiros que funcionou na Província de Mato Grosso, durante o período Imperial, foi objeto de estudo de uma bolsista de iniciação científica da Universidade Federal do Mato grosso, orientada pela Professora Matilde Crudo (não publicado);

- Encontra-se em andamento, sob nossos estudos, uma pesquisa referente à Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí que foi sediada em Parnaíba. A Companhia funcionou no período de 1874 a 1914, mas a pesquisa fará um recorte histórico envolvendo somente o período imperial.

O contato com algumas das produções acima talvez não responda aos questionamentos de Lopes, mas amplia a possibilidade de discussão do assunto sobre vários aspectos: quem eram os alunos? Quais as formas de acesso a essas escolas? Que significados tinha essa educação?

Alves (2001), nos fornece uma rápida compreensão da educação gestada no interior do exército percebida através do discurso produzido por uma parte da oficialidade, considerada *oficiais estudiosos: professores e instrutores, dirigentes de organismos dentro do exército em geral, diretamente ligados a educação – escreviam poemas e livros didáticos, organizavam ciclos de palestras e conferências...* (p.147).

Nas palavras da Autora percebemos o significado que esse espaço tinha para os seus ocupantes, as formas de acesso e de que ocupantes se tratavam:

Com o método de aprisionamento de recrutas, obrigados a servir durante vários anos, ao fim dos quais freqüentemente eram obrigados a permanecer nas fileiras por falta de homens que os substituíssem, o exército preenchia seus quadros com as camadas sociais mais baixas da sociedade imperial. A revolta daqueles indivíduos com o serviço militar a que foram literalmente arrastados confundia-se com a ausência de qualquer instrução que os habilitasse a lidar com as ordenanças ou com os novos armamentos.(p.152)

Fica bem claro que a aversão à educação militar não era só da classe rica. O aprisionamento era uma forma involuntária e indefesa da classe pobre adentrar ao exército. É uma das preocupações do discurso da intelectualidade, segundo Alves, *op.cit*, era oferecer uma nova imagem a essa educação substituindo e fazendo esquecer aquela em que reinava a crueldade das *capturas e dos castigos corporais* associados à *rusticidade da prática no interior dos país e do desconforto dos quartéis*. É a partir do discurso do *que deveria ser* [grifo nosso] que

verificamos implicitamente o que era aquele tipo de educação. Havia uma necessidade também de qualificação mínima em seus quadros.

Para a Autora, o que o discurso da intelectualidade imperial propunha, baseado no modelo alemão, é que a Educação Militar Brasileira fosse capaz de:

Sedimentar virtudes para formar o cidadão. O amor à pátria era, então, resultado de uma experiência que se colocava para além dos conteúdos escolares. A abnegação proveniente das situações em que se punha em risco a própria vida, o sacrifício do cotidiano nos quartéis que forçava o indivíduo a abrir mão de desejos e exigências, o desinteresse gerado pela atitude de colocar o bem da pátria a cima do seu próprio constituíam um método de formar o cidadão. (p.160).

A educação tinha como função o ajustamento do indivíduo ao sentimento de patriotismo reconhecendo o serviço militar como um tributo à Nação. O manejo de armas, seguir ordenança, fazer exercícios físicos eram atividades comuns no cotidiano dessas escolas. *“A simples passagem pelas fileiras já poderia incutir no indivíduo uma formação de nova qualidade”*.(p.153)

Venâncio (1999), faz uma discussão da situação brasileira dos menores nas Companhias de Aprendizes Marinheiros na época imperial, enfatizando a forma de recrutamento marcada pela Guerra do Paraguai.

Para o Autor, a criação das Companhias no Brasil, a partir de 1840, representa a definição de um espaço inteiramente público para o amparo dos menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis. O recrutamento para as Companhias de Aprendizes no Brasil não seguiu o modelo europeu que dependia quase que exclusivamente das Casas dos Expostos¹. As precárias condições de saúde que estas crianças apresentavam e a impossibilidade de suas recuperações nas Companhias foram parcialmente substituídas aqui “pela possibilidade do recrutamento de crianças carentes enviadas pelos pais ou tutores e aquelas presas por vadiagem”.(p.198)

E continua:

...As leis que regiam as companhias são indício da ambição do recrutamento. Elas, por exemplo, não eram claras quanto à idade e

1 – *Estabelecimentos que acolhiam crianças abandonadas até completarem a idade de sete anos e funcionavam junto às Santas Casas da Misericórdia.*

ao status desses garotos; afirmava-se que os aprendizes marinheiros devem ser cidadãos brasileiros de 10 a 17 anos de idade, em seguida adiantava-se a seguinte ressalva: “poder-se-á também admitir menores de dez anos que tenham suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado.” (p.198)

O recrutamento recaía sobre os abandonados nas casas dos expostos, os enviados pela polícia e os “voluntários” matriculados pelos pais ou tutores. Eram oferecidos prêmios: os meninos recebiam enxoval e os pais ou tutores “cem mil reis”. Os pais, forros ou negros livres viam nas Companhias uma das pouquíssimas alternativas de ascensão social e aprendizado destinado à infância pobre. Na Bahia e nos demais estados, de acordo com a pesquisa de Venâncio, op.cit, a procura da população pela Companhia superou a expectativa dos próprios dirigentes e o percentual maior era de voluntários.

Os aprendizes tinham atividades determinadas para todos os dias da semana, conforme quadro apresentado por Venâncio (p.201):

Dia	Atividades
Segunda-feira	artilharia/aparelho de coser pano/natação/primeiras letras
Terça-feira	infantaria/remar/primeiras letras
Quarta-feira	armas brancas/bordejos/mostras
Quinta-feira	bordejoes/mostras
Sexta-feira	aparelho de coser pano/remar/primeiras letras
Sábado	artilharia/arranjo de uniforme/primeiras letras
Domingo	mostras/licenças

Os tradicionais ofícios do marinho eram mesclados com o estudo das primeiras letras, prática rara em uma sociedade, no momento, em que um percentual mínimo da população, na mesma faixa etária, freqüentava a escola.

As crianças conviviam dentro das Companhias, no interior dos alojamentos com todo tipo de preso, delinqüente e a alimentação era precária. A visão sobre as Companhias passa a ser mais assustadora a partir do recrutamento forçado ocasionado pela Guerra do Paraguai. As crianças se tornaram vítimas de rigorosas caçadas e meninos a partir de nove anos de idade, foram encaminhados, sem muita chance de sobrevivência, à defesa dos destinos da nação.

Marques e Pandini (2002), contribuem com a nossa discussão através da análise das singularidades paranaenses no ingresso das crianças na Companhia, enfatizando sua situação educativa imposta por condições adversas.

Sobre a admissão dos aprendizes, informam as Autoras:

O capitão do Porto de Paranaguá ao ser inquirido pelo Presidente da Província afirma ter havido “pouco escrúpulo na admissão dos aprendizes” pois a maioria das crianças, arregimentadas naquela época [nos idos da década de 1880], havia sido alistada com 6 ou 7 anos de idade, contrariando o disposto na lei. Salientava que estes rebentos ainda necessitavam de cuidados maternos.(...) o ingresso se efetuara sem a realização de exames médicos...(p.1)

O estudo da Companhia do Paraná favoreceu a descoberta de recrutamentos ilegais, confirmado nas palavras do próprio Capitão do Porto, acrescentando também que a lei definia o alistamento somente de órfãos e desvalidos, no entanto Marques e Pandini tiveram acesso a documentos sobre um adolescente, “José Aguiar”, onde o pai alegava o seu recrutamento ilegal pela polícia.

As dificuldades no recrutamento eram justificadas pelas precárias condições existentes na Companhia, a começar pela estrutura do próprio prédio em ruínas e as doenças que se espalhavam rapidamente pelas situações “anti-higiênicas” predominante no ambiente. Em 1878 a febre amarela deixou marcas, todo dia adoeciam meninos e a Companhia também registrava morte por outras

moléstias. Outro ponto considerável foi o fato da Escola de Paranaguá ter sido instalada às vésperas da Guerra do Paraguai causando pânico na população sobre a vida militar e sendo necessário a colaboração da polícia às forças militares congregando à ferro e a fogo os desvalidos para seus arsenais. (ibid.p.7)

A educação era considerada elementar e profissional. Com relação a elementar Marques e Pandini acrescenta:

Em alusão clara ao ensino elementar o Decreto de 1855, que regulamentava todas as Companhias de Aprendizes, estabelecia que os menores aprenderiam a ler, escrever, contar, riscar mapas, e a doutrina cristã e teriam por mestre o “Capelão Oficial”² ou um “Oficial marinheiro” detentor de habilitações necessárias. (p.10)

Em Paranaguá o ensino elementar acontecia “todos os dias úteis da semana, das 09 às 12h para os menores alistados na escola”. Adotaram os livros: “Leitura e Gramática Portuguesa Dr. Abílio César Borges, última edição, Manuscritos de Duarte Ventura, Geografia da Infância pelo Dr. Joaquim M. de Lacerda, Aritmética.” (p.11)

A educação profissional tinha como disciplinas a Instrução Militar (aprenderem a entrar em forma, escola de pelotão, manejo de armas brancas, artilharia,) e a Instrução Náutica (arte do marinheiro: fazer pinhas, costuras, alças, nós, etc.). Somente depois de duas décadas de funcionamento da Companhia, os aprendizes tiveram um simulado navio para a instrução nas artes do mar.

A avaliação que o Capitão dos Portos fez sobre a educação primária e a profissional, em Paranaguá, conforme os estudos de Marques e Pandini, op. cit, foi da incapacidade de atender aos objetivos do decreto de 1855, pelo fato dos professores serem quase todos analfabetos, onde um ainda embriagava-se. Quanto aos recursos materiais, registrava-se a total ausência de um navio e de armamentos necessários à aprendizagem das crianças. Em função desta problemática estariam os aprendizes “atrasadíssimos, poucos lêem e escrevem mal, não conhecem exercício algum quer de Infantaria ou Artilharia”. (p.11)

Com relação a qualificação dos professores para o ensino elementar, a realidade era a mesma em termos gerais da educação no Brasil. Segundo Ribeiro

(1995), "... era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante..."

Escolas de Aprendizes Marinheiros é a nova denominação que recebem as Companhias a partir de 1885, através do decreto 9.371 de 14 de fevereiro de 1885, cuja finalidade, de acordo com o Art. 3º é: "educar e preparar marinheiros para os diversos serviços da Marinha Imperial". (ibid, p.12). Na opinião das Autoras, a preocupação é em atender aos quadros da Marinha e não mais assistir meninos abandonados ou expostos. Sobre o Ensino Elementar o art.15º definia:

"1)leitura de manuscritos e impressos, 2)caligrafia, 3)rudimentos de gramática portuguesa, 4)doutrina cristã,

2 – Padre que presta auxílios espirituais aos regimentos militares

5)princípios de desenho linear e confecção de mapas regimentares, 6)noções elementares de geografia física, principalmente no que diz respeito ao litoral do Brasil 7)práticas sobre operações de números inteiros, frações ordinárias e decimais, conhecimento prático e aplicação do sistema métrico."(p.13)

Sobre o Ensino Profissional definia:

"1)aparelho e nomenclatura completa de todas as peças da arquitetura do navio; 2)nomenclatura das armas de fogo em geral; 3)nomenclatura e uso dos reparos de artilharia; 4)exercícios de infantaria, começando pela escola de soldado até a do pelotão;5)exercícios de bordejar e remar em escaleres; 6)construção gráfica da rosa dos ventos, conhecimento do rumo da agulha, prática de sondagem; 7)em geral todos os conhecimentos práticos necessários afim de serem depois desenvolvidos no tirocínio da profissão pelo Imperial Marinheiro". (p.13)

Dois anos após a nova lei, a Capitania de Paranaguá inicia alguns exercícios de armas referentes ao ensino profissional, os demais continuavam a depender da aquisição dos instrumentos, cujas dificuldades já foram registradas

acima. A carência se espalhava no Quartel da Companhia atingindo até ao fardamento dos aprendizes que ficavam nus no alojamento nos dias de lavagem de roupas.

Com relação a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí, nossos primeiros contatos com as fontes documentais revelam uma situação no interior da Companhia comum às demais já citadas neste trabalho. Em ofício enviado ao Presidente da Província, o Comandante 1º Tenente Miguel Antonio Pestana, informa:

Sendo de absoluta necessidade para a acomodação dos menores que sejam feitas as trincheiras para a arrumação das macas (...) uma latrina e armação necessária para os mesmos menores armarem suas macas a noite (...) rogo esta se digne providências de obras digo de forma que as ditas obras sejam feitas com a maior brevidade possível, visto já contar esta Companhia alguns menores e acham-se os menores dormindo no chão o que torna-se prejudicial a saúde dos mesmos menores.³

A Companhia começou a funcionar em Parnaíba no dia 1º de junho de 1874 e quarenta e três dias depois (o ofício acima é do dia 13 de julho de 1874) as instalações não estavam apropriadas para o seu funcionamento. A acomodação dos aprendizes embora fosse preocupação do Comandante⁴ o critério de seleção para a aquisição do prédio não levou em consideração todas as exigências necessárias para o funcionamento da Companhia, conforme correspondência enviada ao Presidente da Província:

... a termo da proposta do aluguel do prédio que tem de servir para Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros,

3 – Ofício nº 235, de 13 de julho de 1874, do Comandante da Capitania ao Presidente da Província do Piauí.

4 - Foram encontrados vários ofícios enviados ao Presidente da Província pedindo rapidez no andamento das obras internas do estabelecimento.

cumprindo-lhe informar que comquanto o dito prédio não satisfaça a todas as exigências requeridas para um tal Estabelecimento, nem tão pouco e pareça ao Conselho a seu preço razoável, contudo é o mesmo Conselho de opinião que, atendendo-se a emergência em que se acha e a localidade do prédio seria conveniente fazer aquisição do mesmo.⁵

A emergência na definição do prédio e a sua localização foram critérios mais importantes na definição do espaço da Companhia. Um outro ofício encontrado (seis meses após a fundação da Companhia) solicitava a aquisição de um espaço para a instalação de uma enfermaria. Em pouco tempo de pesquisa nos chamou a atenção a frequência de morte dentro do quartel da Companhia, cujas informações ainda não nos permite explicar suas razões. Oficialmente a forma de recrutamento e a instrução militar seguia os mesmos critérios

já citados neste trabalho por Venâncio (1999) e Alves (2001), conforme Marques (2000). As singularidades da Companhia do Piauí, nesses aspectos ainda não foram investigadas.

As punições aos aprendizes eram estabelecidas nas normas de funcionamento da Companhia. De acordo com Marques (2000), o Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855, traz em seus Artigo 38º:

As faltas de subordinação e disciplina serão castigadas correccionalmente ao prudente arbítrio do Commandante da Companhia, ou do Official respectivo nas Secções filiaes. A prisão simples ,a solitária, a privação temporária de parte da ração, e guardas ou sentinellas dobradas serão os castigos applicados aos Aprendizes Marinheiros. (p.119-20)

A educação militar tanto no Exército quanto na Marinha, discutida aqui, era destinada a uma mesma camada social: a pobreza. As Companhias de Aprendizes Marinheiros já tem um perfil definido de atendimento, que surge com a própria criação da instituição, o das crianças pobres. O que não generaliza a educação na Marinha. Segundo Marques e Pandini (2002), não podemos esquecer: “...que oficiais da Marinha compunha a burocracia imperial brasileira formada pós independência e a Escola Naval, sucessora da Real Academia de 1808, era uma opção para filhos de famílias ricas” (p.4). No caso específico do Exército, a partir do artigo de Alves (2001), percebemos que não se tratava de

crianças, mas de homens pobres, o que também não generaliza o perfil da educação no Exército.

A concepção da educação militar no período imperial estava arraigada no pensamento positivista. O sentimento de patriotismo e o amor à Nação eram colocados acima de qualquer causa humana. Segundo o modo de ver da época a pátria seria a própria família da criança. A sociedade era portanto concebida “como um organismo doente cuja conseqüência maior era a falta de nacionalidade”.

Segundo Marques e Pandini (op.cit):

...A ânsia pelos aprendizes no interior da companhia cumpria, concomitantemente, dois papéis: o primeiro deles era angariar possíveis futuros trabalhadores para os quadros da marinha e o segundo disciplinar e manter a ordem da sociedade.(...) Percebe-se então que a disciplina rígida era elemento primordial a ser ensinado e pode ser notada tanto na organização das atividades quanto na

5 – Ofício s/n, de 02 de junho de 1874, do Comandante da Capitania ao Presidente da Província do Piauí.

sistematização do calendário semanal e inspeções a que eram submetidos. (p.14)

Trazendo a nossa discussão para o campo da historiografia, Dário Ragazzini ⁶ em “Os Estudos Histórico-Educativos e a História da Educação (1998), chama a atenção para um ponto interessante:

“...o trabalho do historiador é um desafio permanente não só com o passado, mas também com o presente, no esforço, tanto seu quanto de seus leitores contemporâneos, de compreender e explicar, ao presente, o passado de maneira não anacrônica” (p.21).

Essa discussão é pertinente quando olhamos, por exemplo, para o tratamento dado às crianças no interior das Companhias de Aprendizes Marinheiros. No primeiro momento é impossível evitar um choque aos leitores que desconhecem a história da infância. Segundo o historiador francês Philippe Ariès (1981), a criança sempre existiu, mas a infância não, pelo menos da forma como é concebida hoje. Para o Autor “a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil. (...)

a criança mal adquiria algum desembaraço físico era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos...” (p.10).

As produções sobre a educação militar apresentadas nesse estudo referem-se de um modo mais amplo a um mesmo período, o imperial, embora com recortes temporários específicos. Sobre a periodização lembramos Warde *apud* Almeida (1998) que destacando as tendências presentes nos estudos da história da educação brasileira, apresenta:

...“uma em que o objeto em exame determina a periodização e, portanto a postulação de diferentes marcos teóricos (...) e outra em que (...) as periodizações são dadas pelos marcos consagrados na chamada referência política...” (p.113).

Almeida, *op.cit*, complementando o raciocínio acrescenta um ponto importante: *“é o de que os períodos indicados para o estudo de determinados fenômenos em geral não coincidem com os períodos estabelecidos para fenômenos de alguma outra área”* (p.115).

Discutindo a periodização apresentada pelas produções citadas nesse trabalho com as colocações acima, percebemos que o período imperial tem um significado expressivo na periodização do estudo das Companhias de Aprendizes Marinheiros, pois foi nessa época que as mesmas foram instaladas no Brasil seguindo o modelo europeu. Embora o período imperial esteja ligado a uma referência política é também uma referência do próprio objeto, do início no Brasil da própria história das Companhias, cuja educação precisa ser dialogada e entendida a partir dos fenômenos sociais, políticos e econômicos do contexto evolutivo de sua própria história.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Teixeira. Série Municípios, Sub – Série: Parnaíba, Anos 1872 – 87. Ofícios do Capitão dos Portos ao Presidente da Província do Piauí, nºs.: 213, 220, 235, 237, 240, 319, 634 e outros s/n.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Ângela Vinagre de. História da educação brasileira: o problema de sua periodização. Revista brasileira de estudos pedagógicos. 69, 161, p 112-41, jan./abr. 1988.

ALVES, Claudia Maria Costa. A visão militar da educação no império. In: GONDRA, José. Dos arquivos à escrita da história: educação brasileira entre o império e a república no século XIX. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

MARQUES, Renato Neves. História da marinha do Brasil no Piauí: subsídios. Teresina: FUNDEC/COMEPI, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinhos no Paraná oitocentista. Disponível em: [URL:http://www.anped.org.br/24/tp.htm](http://www.anped.org.br/24/tp.htm).

RAGAZZINI, Dário. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs). História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.